

ABRIGO, JUVENTUDE E AUTONOMIA: SEUS ENTRELAÇOS E EFEITOS

Adrielly Selvatici Santos, Izabel Taveira Manhães, Ludmila da Cunha Mose Ferreira, Alessandra Rotenberg, Daniela Harth da Costa, Graduandas em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense.

Introdução

Procuramos nesse artigo dar visibilidade a questões emergentes do projeto de “Autonomia e Abrigamento: Um Encontro Possível?”¹, desenvolvido no Programa de Intervenção Voltado às Engrenagens e Territórios da Exclusão Social (PIVETES) durante os anos de 2010 a 2012. Tal Programa, vinculado ao Laboratório de Subjetividade e Política (LASP) da Universidade Federal Fluminense (UFF) realiza junto ao Departamento de Psicologia e do Serviço de Psicologia Aplicada desde 1995 pesquisas nas áreas dos direitos de crianças e adolescentes.

A pesquisa em pauta emergiu de estudos anteriores que partindo de entrevistas com alguns profissionais que trabalhavam ou já haviam trabalhado em abrigos, procurou cartografar diferentes instituições que permeiam este universo. Da análise desses dados, o grupo elencou dez analisadores², dentre eles a “construção do processo de autonomia”, que serviu de disparador para este trabalho. Este texto objetiva problematizar instituições³ que atravessam a construção do processo de autonomia e que afirmam lógicas tutelares na situação de abrigamento de crianças e adolescentes.

Caminhamos pelo viés da pesquisa qualitativa por entender que os objetos a serem analisados, no nosso caso, as redes, tramas e teias que tecem os discursos de construção de autonomia nos abrigos não possuem uma essência a ser revelada, mas afirmam-se enquanto produções históricas.

¹ Projeto de pesquisa orientado pelas professoras Lygia Santa Maria Ayres e Maria Livia do Nascimento

² Podem funcionar como elementos analisadores uma fala, um episódio ocorrido, uma falha cometida, enfim, qualquer coisa que instigue, incomode, que de certa forma revele os jogos que habitam a própria instituição em questão, suas forças, e leve a uma postura de estranhamento e questionamento.

³ Entendemos como instituições não apenas o abrigo, mas também a família. Para Lourau (1993), uma instituição é uma dinâmica de forças contraditórias. Por um lado, há forças de institucionalização, ou seja, aquelas que produzem a manutenção e perpetuação das relações institucionais. Por outro, há forças de autodissolução, isto é, aquelas que provocam mudanças e rupturas nas relações.

Assim, sob esse enfoque, consideramos a pesquisa enquanto um campo de investigação e criação social que se faz ao mesmo tempo em que os objetos que deseja analisar, ou seja, enquanto processo, movimento contínuo de agenciar-se com novos dados, implicar-se com o objeto da pesquisa, levantar inúmeras possibilidades de análise e não enquanto uma trajetória linear, ponto a ponto, previamente determinada.

Chizzotti (1991) nos fortalece na opção por essa caminhada ao postular que

“(...) o conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa, o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado [um sentido]. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (...)” (p.79)

O *corpus* dessa pesquisa foi constituído por duas fontes de dados – levantamento bibliográfico de textos acadêmicos que tratam de questões referentes ao conceito de autonomia e entrevistas com profissionais que atuam ou atuaram em abrigos. Com relação aos textos, foram lidos e analisados artigos, teses e livros. A outra fonte foi o conteúdo de oito entrevistas, sendo psicólogos, assistentes sociais, educadores e um coordenador de abrigo.

Procuramos cartografar na fala dos entrevistados instituições que atravessam o campo problemático em questão, ou seja, os modos naturalizados de se pensar, falar e atuar a respeito de certas temáticas presentes no campo.

Utilizando Kastrup (2008) para pensar o processo de pesquisa, trazemos o seguinte trecho:

“Para o cartógrafo, é fundamental o traçado do plano problemático. (...) O cartógrafo deve estar atento aos pontos problemáticos, (...) Pois o ponto problemático é um ponto sensível, ponto de bifurcação. Ele revela com nitidez a complexidade do conceito problema, que significa tanto obstáculo e complexidade, quanto experiência de problematização, ponto de abertura e reativação do processo de invenção.” (pp. 470-471)

Assim, fomos construindo nossa pesquisa em meio às múltiplas linhas de força presentes nos textos e nas falas dos entrevistados, nos quais encontramos uma diversidade do que seria “ser autônomo”, do que seja infância, adolescência, abrigo, pobreza entre tantas outras instituições que circulam e se tornam naturalizadas pelo/no campo social, enxergando

nessas mesmas instituições, que por vezes parecem fixas e rígidas, a própria possibilidade de invenção e movimento, contribuindo para a criação de outros sentidos.

De modo algum pretendemos instituir uma verdade universal, mas apontar na releitura de fatos e falas outros olhares sob a temática de autonomia. Assim sendo os questionamentos, os estranhamentos aqui apresentados, refletem o nosso encontro com esse material.

Políticas de Atendimentos a Infância e Juventude - do Internato aos Abrigos

Para pensarmos a transição das lógicas acerca da criança institucionalizada no Brasil, um breve histórico se faz necessário a fim de localizar a passagem de um pensamento sobre a infância pautado na lógica de correção de desvios (Código de Menores), para o pensamento da proteção integral (Estatuto da Criança e do Adolescente). Essa passagem propõe uma mudança de olhar sob a criança, quando esta deixa de ser um estorvo para a sociedade civil e o Estado, e passa a ser entendida como alguém que necessita de proteção, um ser em desenvolvimento e que possui direitos.

Com o Código de Menores (1979) a preocupação central eram as crianças e adolescentes considerados em situação irregular em razão de abandono, delinquência, ou pobreza. A criança só era tida como objeto de um olhar, se reconhecida enquanto vítima. Seus direitos só lhe eram devidos através deste caráter de vitimização. Os olhares se debruçavam, portanto, para a infância pobre, infância esta que fora inscrita historicamente na internação, segregação e institucionalização. Diante das situações tidas como irregulares, o Estado tomava para si a obrigação de educar, criar e ressocializar o “menor”⁴. Mas de que crianças e adolescentes o Código tratava? Esta lei considera em “situação irregular” o menor que não tem provido “condições essenciais a sua subsistência” e coloca como real responsável os pais, desresponsabilizando o Estado do seu papel de prover políticas públicas de assistência às famílias.

No fim dos anos de 1980 discutia-se a elaboração da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, acontecendo também no Brasil, porém fundamentalmente como esforço e mobilização da sociedade civil. A partir dessas discussões surge a lei que veio a ser o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990). A

⁴ Se na lei Penal do Império (1830) o termo menor associava-se à faixa etária, a partir da segunda metade do século XIX começava a ganhar contornos de infância pobre perigosa e/em perigos. Com a promulgação do Código de Menores de 1927, tal postura se afirma permanecendo até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Para maiores discussões ver BULCAO, Irene. A produção de infâncias Desiguais: Uma viagem na gênese dos conceitos 'menor' e 'criança' in NASCIMENTO, Maria Livia (org) *PIVETES: a produção de Infâncias desiguais*. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficiana do autor, 2002

nova lei veio absolutamente permeada pela chamada “Doutrina da Proteção Integral”, organizando uma rede, fruto da articulação entre a sociedade civil e o Poder Público, formando o chamado “Sistema de Garantia de Direitos”, que se propõe compartilhar as tarefas de promover, defender e mobilizar a sociedade em prol das crianças e adolescentes. O artigo 3º do ECA afirma que “a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana” e em seu artigo 17, afirma que “o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”. Portanto o ECA coloca em cena uma outra figura de criança, a de um ser de direitos, consequentemente modificando também o cenário de políticas que estava em voga.

Neste contexto os abrigos devem funcionar enquanto espaços de proteção e acolhimento, os quais se configuram como cenário de desenvolvimento destes jovens. Mas como é pensar em desenvolvimento no ECA e que implicações isso acarreta?

A partir de determinada época quando os cuidados e os olhares tanto dos médicos, dos pais e do próprio Estado voltaram-se para a infância, formando assim o modelo de família nuclear (citar Foucault), começaram os estudos acerca deste momento da vida. Este mesmo período, por volta do fim do século XVIII e início do XIX, foi marcado por uma mudança no modo de construção de conhecimentos, quando não bastava somente fazer indagações, mas também controlar as variáveis e provar o que se propõe – início da era cientificista. Também no século XIX Darwin faz seus estudos sobre evolução da espécie humana. No século XX estudiosos da área psi começam a pesquisar o desenvolvimento humano se embasando das concepções darwinistas. Assim, pensar o desenvolvimento dentro do contexto da evolução é falar em fases que passamos de forma linear e progressiva – nascemos, crescemos, nos reproduzimos e morremos.

Em meio a essa discussão os estudiosos passam a pensar nas etapas do nosso crescimento biológico e mental e a traçar, a partir de seus experimentos, planos para um desenvolvimento normal e saudável. Normal e saudável seria aquele que não fugisse ao padrão, uma vez que tudo o que desvia a esse será considerado anomalia. Desta concepção surgem os manuais de “como cuidar” para que o indivíduo se desenvolva de forma benéfica.

Acreditamos que a fundamentação da própria lei (ECA) de certa forma vem para postular as boas maneiras a fim de promover um ambiente ideal propiciador do desenvolvimento normal da criança. Com esta afirmação não queremos retirar a importância desses princípios, mas pensar alguns efeitos de exclusão a outros modos de cuidar.

Atravessadas por autores que irão pensar a vida enquanto diferença e que pensam em normatização ao invés de normalização ⁵, procuramos pensar um sujeito–processo, que se constrói em meio a um coletivo e que está em constante modificação. Este chega sim a assumir formas, mas estas são provisórias, estando em um processo contínuo de construção e desconstrução destes contornos.

Retomando a política de acolhimento no ECA, esse postula que “toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária”. No art. 92, destaca-se que o abrigo deve prezar pelo princípio de “preparação gradativa para o desligamento da instituição” e através do parágrafo único do art. 101 encontramos a referência ao abrigo como “(...) medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.” Ainda no artigo 3º do ECA, encontramos uma das questões que nos deram base para a construção do trabalho, a afirmação da criança e do adolescente como sujeitos que “gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.”

Tomando o abrigo como prática de acolhimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes, é possível pensarmos em autonomia neste espaço? Nessa linha de pensamento, introduzimos aqui a noção de abrigo como instituição, para além do espaço físico e do caráter de estabelecimento com normas e infraestrutura particulares. Assim sendo, podem ser pensados como práticas sociais de atendimento à criança e ao adolescente que por inúmeras razões, dentre elas, a pobreza⁶, foram impedidos do convívio familiar. Ainda nessa vertente e recortando a construção do processo de autonomia nos abrigos como nosso foco de análise, algumas questões se sobrepõem: O que os profissionais que atuam nos abrigos entendem por autonomia? E as crianças e adolescentes abrigados, o que pensam, dizem, ou atuam com relação a este tema? Quais práticas auxiliam e quais dificultam a construção desse processo? O que as situações e fatos ocorridos nos abrigos têm a nos dizer sobre as concepções que neles vigoram? De que forma essa construção atravessa os diferentes agentes do processo: comunidade, educadores, familiares e crianças/adolescentes?

⁵ Ver Canguilhem, G. , Normal e Patológico , 7.ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

⁶ Com o ECA a pobreza deixa de ser condição para a retirada do poder familiar, tanto definitiva quanto provisória. Entretanto na prática pudemos observar que a pobreza ainda é uma condição, porém mascarada por outros conceitos como os de negligência e vulnerabilidade.

Através do que pudemos observar e colher das entrevistas, vimos que os abrigos, mesmo que pautados na lógica da proteção e do cuidado, são diferentes entre si quanto as suas práticas e ações no cotidiano, tanto por parte das equipes que lá trabalham quanto pelo movimento dos próprios abrigados. Achamos importante ressaltar este ponto, pois apesar desses locais possuírem diretrizes comuns, suas práticas cotidianas se dão de maneiras singulares. Igualmente, a autonomia não é vista da mesma maneira por todos esses estabelecimentos, existem visões diferentes e modos de se pensá-la e praticá-la.

Problematizando o conceito de autonomia.

A investigação dessa temática nos gerou questões do próprio conceito de autonomia. Afinal, do que ele trata? Do que estamos querendo falar quando trazemos autonomia? Que efeitos são gerados a partir de como pensamos este conceito? Já que acreditamos que uma definição não é simples descrição de algo, mas sim criação de modos de se operar. Um conceito operador/criador de realidade.

A partir dos textos encontrados, pudemos perceber o caráter controverso da noção de autonomia, questionando sua própria possibilidade de definição. Deste encontro retiramos ao menos duas formas distintas de se conceber autonomia, uma inspirada numa certa tradição transcendente, dualista, individualizante, e outra que procura pensar autonomia enquanto prática imanente e criativa.

Neste primeiro modo a autonomia é um atributo pessoal de um sujeito livre. Esta noção provém de um modo de pensar inaugurado com Descartes no século XVI e que se afirma de forma mais veemente com a instauração da Revolução Francesa com seus ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. O pensamento cartesiano inaugura a ideia de que há um sujeito do conhecimento, o qual é determinante da experiência. Um sujeito pensado como uma essência pré-existente e fundamental a tudo. A Revolução Francesa, por sua vez, marca o início da era liberal, na qual se prega uma liberdade individual, em que todos têm direito de escolha, podendo se alcançar o status de burguesia por mérito pessoal. Aqui tudo recai nas costas de um indivíduo “totalmente livre” que exerce sua vontade independente das relações de forças operantes no mundo.

Tal tipo de entendimento do humano toma a vontade como um bloco uno, homogêneo, racional, e não o efeito de diferentes lutas e enfrentamentos de desejos contraditórios. Para nos auxiliar nessa questão trazemos Mosé (1996), quando esta faz uma análise da genealogia empreendida por Nietzsche a respeito da noção de sujeito. Nesta a autora busca elucidar o

processo de produção dessa subjetividade interiorizada, encapsulada em um indivíduo, a partir da emergência de algumas noções-chave, dentre elas a noção de vontade:

“A crença na verdade e na unidade da vontade sustenta a ideia de sujeito, fazendo crer que toda decisão da vontade é a manifestação de uma essência profunda, única, indivisível. (...) No entanto, o sujeito não é uma unidade. (...) o homem é uma pluralidade, uma luta de forças (...)” (MOSE, 1996, p. 239).

Neste contexto autonomia seria uma qualidade que pode ou não ser obtida pelo indivíduo. Qualidade de autodeterminação, em que o sujeito seria aquele que dá a si suas próprias leis, contrapondo-se à noção de heteronomia, estado em que alguém se submete as leis ou regras formuladas por outros (EIRADO e PASSOS, 2006). Esse modo de conceber autonomia a entende no sentido de um “livre-arbitrismo” (SEGRE, SILVA E SCHRAMM, s/d). Isto é, uma escolha individual, independente das condições a que se é exposto, como se este sujeito se encontrasse à parte e não fosse justamente produto e produtor destas forças.

A segunda forma de se conceber o conceito de autonomia embasa-se em um outro modo de entendimento do sujeito, no qual se diz de uma produção subjetiva, de contornos provisórios, de um sujeito que se cria na imanência, na relação. Este, ao contrário do sujeito cartesiano, não preexiste a nenhuma experiência, e só é enquanto tal. Logo, não se pode pensar em sujeito separado da vida. Tomamos aqui o conceito de vida como “processo de autocriação contínuo” (EIRADO e PASSOS, 2006) e o vivo enquanto território existencial mantido por um sistema autopoietico/autônomo. Estes autores nos apontam ainda para o cuidado de não recairmos num individualismo, pois a afirmação da autocriação:

“(...) não implica, no entanto, que o processo criativo seja monolítico, unitário. Ao contrário, como veremos, ele não exclui a distinção de planos que se entrecruzam e se criam mutuamente, quer dizer, há um pouco de criatura no criador e um pouco de criador na criatura.(p.79)”

Isso significa pensar a instância criadora como imanente à criatura. O que está em destaque aqui é o ato inaugural da criação (EIRADO E PASSOS, 2006). Sendo assim, todo ser vivo seria autônomo, uma vez que a própria processualidade da vida tem essa característica. No entanto, o processo sofre perturbações, as quais podem embotar, endurecer,

obstruir os fluxos naturais e daí produzir subjetividades assujeitadas, as quais não conseguem afirmar suas singularizações.

Por isso, chamamos de processo de construção de autonomia o exercício de rompimento com aquilo que captura o fluxo natural da vida. Ao afirmarmos a autonomia enquanto processo e não como atributo, estamos ratificando um posicionamento ético-político, no qual acreditamos em uma dinâmica em que seres autônomos surgem no dia a dia, e que ora estarão assujeitados, ora ganham autoria e criam maneiras outras de estar no mundo. Ou seja, estão sempre em movimento assumindo diferentes papéis.

Freire (2003) confirma este posicionamento quando escreve que “é decidindo que se aprende a decidir” (p. 106), colocando a autonomia como algo que se dá no exercício. Como ele mesmo traz, “Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas” (p. 107). Trata-se de um processo de construção, de invenção de si e do mundo que só é possível pela experimentação. Não há como prever ou determinar como será o processo, bem como estipular aprioristicamente o que é ser autônomo numa dada situação. Seus caminhos e efeitos produzidos se dão a conhecer no dia a dia, na convivência entre adolescentes, famílias e profissionais, num ato em que ao mesmo que trilha, inventa o caminho a ser trilhado.

Sendo assim, usamos esse conceito como um analisador de diferentes instituições e modos de subjetivação que atravessam o abrigo. Divergindo de uma noção de autonomia apriorística dada, desejamos pensá-la como construção, criação a partir de agenciamentos e linhas de forças provenientes da multiplicidade que nos é constituinte. Se fôssemos associar o conceito de autonomia a uma palavra, portanto, acreditamos que seria mais interessante pensá-la como criação, invenção de outras formas de vida, outros caminhos, outras formas de ser “autônomo”. Tomando o cuidado de dizer que não é qualquer criação que potencializa o processo de autonomia. Pode ser que haja saídas de cunho fascista que sejam tão fechadas quanto a anterior. Por isso a importância de se pensar a inseparabilidade entre ética e autonomia, uma vez que é preciso avaliar o que foi criado por um critério de composição e fortalecimento do vivente e do coletivo em que está inserido.

Discursos/práticas de autonomia nos abrigos: Entrelaços e efeitos

O pesquisar, o analisar e o interrogar dados, objetos e hipóteses não são ações soltas e neutras. Integram um determinado modo de entender e fazer pesquisa, sustentado em alicerces teóricos bem definidos. No trabalho em pauta, a pesquisa intervenção ratificada pela

metodologia foucaultiana de pesquisa analítica interpretativa foi o caminho escolhido. Assim a leitura e a análise de objetos só acontecem no atravessamento de múltiplos textos e mitos. É como nos afirma Rabinow e Dreyfus (1995) com base em Foucault “ (...) a analítica interpretativa [uma combinação da arqueologia e da genealogia] compreende que ela mesma é produzida por aquilo que ela está estudando; consequentemente nunca pode permanecer isenta” (p.138).

Nesse sentido, as transcrições das falas/discursos, os recortes privilegiados representam nossos encontros, nossas afecções com o material pesquisado. Através das transcrições pudemos enumerar alguns movimentos/relações que nos chamaram a atenção, portanto iremos neste momento enumerá-los: A relação entre profissionais; criação de alianças dentro e fora dos estabelecimentos; importância da criação de espaços coletivos de discussão; encontros que propiciam ou constroem a construção de territórios existenciais; práticas salvacionistas e de caridade em embate a uma prática do possível; circulação pelos espaços da cidade como possibilidade de afirmação de autonomia; processos de padronização e serialização atravessando os abrigos; lógica de controle enquanto barreira para afirmação de liberdade são questões que marcaram nossa trajetória. A partir destes pontos que destacamos, iremos então elucidar através das falas colhidas, como estes aparecem.

A criação de espaços coletivos de discussão nos abrigos é um ponto pertinente na maioria das entrevistas. Criação de assembleias ou mesmo momentos de trocas de saberes entre técnicos e abrigados potencializam a construção do processo de autonomia. Guattari (1985) afirma que os grupos “vinculados a uma instituição, eles tem em algum modo uma perspectiva, um ponto de vista sobre o mundo, uma ‘missão’ a cumprir”. (p. 91). Questões como sexualidade, brigas e roubos podem ser debatidas de forma mais transversal na instituição. Ou seja, a partir do momento em que todos os atores envolvidos no cotidiano do abrigo são convocados para participar da gestão do estabelecimento, deixa de existir uma hierarquia rígida e dura. Hierarquia que coloca os técnicos no lugar de gerência dos processos da vida, ignorando assim, o desejo das crianças e jovens. Uma das entrevistadas diz:

“(...) essa falta de identidade, de autonomia, às vezes, o abrigo, os educadores, a equipe técnica, eles até tentam fazer com que essa criança tenha. Às vezes tem alguns abrigos que conseguem fazer com que a criança trabalhe junto com o técnico, diga os desejos, o que quer, os sonhos. E vai fazer ali, traçar o plano da vida daquela criança, junto com ela”.

A criação de uma assembleia coletiva em que todos têm direito a voto por si só não garante a autonomia do estabelecimento. Segundo Foucault (2004) ela seria apenas um

processo de liberação. Portanto estes processos não são garantia de liberdade, mas podem funcionar como elemento fundamental para que ela aconteça.

Uma questão relevante é o propósito destes grupos de discussão. Em algumas entrevistas percebemos que eles são meros espaços educativos ou de correção, sendo mais um dispositivo de captura dentro do abrigo. Por exemplo, um grupo com os familiares pode ser transformado em apenas um modo de padronizar aquelas famílias a um modelo ideal.

Entretanto, outra entrevista nos apresenta a força de grupos de discussão, mais especificamente, a criação de grupos de familiares, na medida em que ,inicialmente, contavam com a presença de poucos pais mas com o tempo, esses familiares foram ocupando esse espaço de discussão.

“Tentei colocar pra eles pra colocar essas famílias numa situação de se responsabilizarem por aquelas crianças que estavam ali, colocar essas angústias e eles estarem escolhendo o tema pra próxima reunião. Eles escolhiam: vamos falar sobre como fica a família que cuida que não é só a família de pai e mãe, tem a tia, a avó que cuida dos filhos, vamos falar sobre a educação dos filhos. E o objetivo era isso mesmo. Não é só o psicólogo que tem que estar ali dizendo o que é certo e o que é errado, o que a família tem que fazer e o que não tem que fazer. Cada um tem a sua estrutura e vai de acordo com a sua forma (...)”.

Esta proposta de trabalho nos parece potente pois coloca em cena outras formas de gestão, acolhendo a diferença e produzindo novas possibilidades de convivência no espaço do abrigo. Assim é possível romper com formas já cristalizadas e construir processos autônomos que serão sempre singulares.

Outro ponto emergente foi a relação entre os profissionais e as tentativas de criação de alianças dentro e fora das instituições. Uma entrevistada nos conta sobre a dificuldade de criar alianças com os profissionais que já trabalhavam no abrigo enquanto outro profissional nos traz também esta dificuldade, porém com a própria comunidade. Esta entrevistada nos mostra que muitas vezes há divergências sobre como conduzir o trabalho e que por isso não há, em alguns momentos, alianças entre os funcionários. Como quando uma entrevistada aponta os embates que enfrentou assim que chegou ao seu novo trabalho. A profissional explica que assim que os novos funcionários chegaram para o trabalho, se depararam com os antigos funcionários do local, os chamados monitores, desta leva de novos profissionais a psicóloga fora chamada a serviço como alguém que colocaria em prática o ECA. Nesta ocasião os novos funcionários começaram a dar um treinamento a esses monitores, já afastados, que seriam “transformados” em educadores a partir daquele momento. Com isso estabeleceu-se uma

relação de hierarquia que naquele dado momento prejudicou e muito, segundo a profissional, o estabelecimento de alianças entre os novos profissionais e os antigos. Diz:

“É muito louco, porque estávamos acabando de chegar, mal conhecíamos a dinâmica institucional, mal entendíamos a lei, mas como éramos os ‘novos’, os ‘modernos’ e os ‘arejados’, estávamos dando esse treinamento que falava da nova política, do ECA, da questão da proteção, do não-bater, porque os monitores batiam (...)”

O treinamento provocou uma relação afetiva hierarquizada para com os antigos funcionários e o que, inclusive, levou a uma das monitoras mais antigas a se recusar a receber o treinamento. A monitora se dirige à profissional com agressividade e diz: “até imagino você com essa sua carinha que deve saber muito pouco da vida (esta mulher já era uma senhora) vir me ensinar como é que se faz o meu trabalho”. E continuou: “você não sabe o que é isso aqui, você não sabe o que é a FEBEM, mas tudo bem (...)”.

Em outra entrevista nos deparamos com a intervenção de alguns profissionais junto à em busca de um maior entendimento sobre o que é o trabalho dos abrigos. Tal postura pretende desconstruir formas naturalizadas e desqualificadas de percepção dos abrigos, contribuindo para o fortalecimento de redes de acolhimento. A fala de um profissional esclarece:

“A princípio recebemos muitas críticas, porque abrir um abrigo do lado de uma casa de uma pessoa ‘normal’ é um absurdo: ‘Tá trazendo um monte de bandido pra cá?’. O trabalho que tinha que fazer antes com a comunidade, com os vizinhos, aquela coisa de levar o açúcar pro vizinho e fazer um bolo, chamar pra festa de aniversário. Tudo isso é importante, criar um clima. Porque quando você chega, todos estão querendo te ver longe dali.”

Com os dados coletados, entendemos também como se dava a produção de territórios singulares a partir da diferenciação das roupas das crianças dentro dos abrigos. Em muitos estabelecimentos as crianças eram vestidas iguais e dividiam os mesmos objetos, não havendo assim qualquer diferenciação e afirmação de singularidade. Como nos mostra uma entrevistada falando do ponto de vista dos abrigados: “Eu não posso ter a minha roupa, eu tenho que ter a roupa do grupo, a roupa da casa.” Entretanto, através da fala de uma entrevistada pudemos ver uma tentativa de que essa singularização pudesse aparecer. Diz: “Porque nós tentamos na medida do possível evitar que as roupas fossem iguais, diferenciar o máximo possível pra que não fique como num internato”.

Aqui pode parecer, num primeiro momento, uma simples prática de individualização, mas mais do que isso, esse ato de diferenciar roupas e calçados, é produtor de territórios

singulares. Ou seja, de contornos de vida, efeitos de práticas singelas que criam e modificam corpos. É importante ressaltar aqui que esses territórios possuem uma temporalidade histórica.

Outro aspecto encontrado foi a presença de uma lógica salvacionista presente no cotidiano dos estabelecimentos. Em outra entrevista a profissional coloca situações muito delicadas sobre a vida das crianças institucionalizadas. Uma destas situações, trazidas pelas crianças em atendimento, retrata a vontade destas em sair daquele lugar. Com estes acontecimentos ocorre um movimento de culpabilizar-se por não poder ajudá-las da forma que idealizava e posteriormente até o seu adoecimento, diz:

“Porque elas às vezes entravam ali dentro pra falar comigo ‘eu quero sair daqui, eu quero sair daqui, eu quero sair daqui’ era esse o discurso. E eu também ficava nessa posição, tinha esse papel da minha angústia de estar querendo tirar elas dali também. E aí tem essa impotência, de que a gente também não pode ficar tirando (...)”.

Podemos observar assim certa lógica salvacionista e com isso o adoecimento da técnica. Existia para esta entrevistada um ideal de abrigo e não conseguindo alcançar isto que aparecia como muito distante, adoeceu. A entrevistada quis mudar aquela situação, porém, por não permitir uma abertura para outras práticas possíveis, sofria.

Chamou nossa atenção também em uma entrevista, falas referentes a um tema que para nossa sociedade é pouco discutido. Em um relato uma das entrevistadas que fora abrigada se sentia sem identidade. Traz a dificuldade de se constituir em um “eu”, uma vez que ela era “todo mundo”. Essa experiência se deflagra a partir do que chamamos de processos de serialização e padronização que perpassam o cotidiano de alguns abrigos ainda hoje. A entrevistada conta que em alguns locais que passou nada pertencia necessariamente às crianças, tudo era de todas: roupas, calçados, alimentação, brinquedos, e que a única marca contida nessas coisas era a de números de registro indicando que aquilo pertencia ao estabelecimento – tal como a vida da criança?

Em outra entrevista a profissional também relata estes mesmos mecanismos quando diz que em um dos abrigos, tudo que não fosse dado pela prefeitura não poderia ficar. Diz: “Se não era o que a prefeitura entregava lá. É, totalmente padronizado. Não ficava com elas não. Nada que elas pudessem. Esmalte, nada, nada disso podia ficar com elas.” Isso nos faz pensar a nossa própria constituição enquanto “eu”. Não emergimos sozinhos, surgimos no mundo pela experiência que temos das coisas, pessoas, lugares. Ou seja, criamos um si ao nos relacionarmos, criamos um território existencial que sempre se dá na relação. Não se trata de um “si essência”, e sim de um “si construção/criação”, que se cria, mantém e se diferencia a partir dos encontros que faz da história em que está inserido, do tempo, entre outras forças.

Isso nos remete ao tema da autonomia quando a pensamos enquanto criação de territórios possíveis de estabelecimento da existência.

Esses discursos/práticas nos mostram algumas ações que já são possíveis nos abrigos, além de nos apontar algumas dificuldades, as quais elucidam modos de viver e de ver cristalizados na nossa sociedade que embotam a vida.

Sintetizando....

Estes relatos nos dizem de práticas que circundam cenários ao mesmo tempo potentes ou constrangedores do processo de autonomização. É importante ressaltar que essas ações não são pulsantes ou dominadoras em si, se constituindo a partir de certos contextos sócio-históricos-econômicos que produzem certos modos de subjetivação, certas estéticas da existência. Isso nunca pode estar dissociado de nossa prática de pesquisa, pois senão estaremos passando de uma verdade a outra, e o que pretendemos é justamente a desconstrução de verdades totais, para que um campo inventivo se abra, campo este que permite a afirmação de verdades possíveis e provisórias.

Terminado esse texto parafraseando Figueiredo (2010) que no fazer acadêmico ratifica:

“os riscos de pensar a partir da experiência, com tudo que isso contem de surpresas e complexidade, ao enclausuramento defensivo, prefiro o risco de continuar pensando, pesquisando, em vez de me encerrar em minhas próprias convicções. E, procuro, venho procurando, por diferentes meios e vias, transmitir essas posições a meus alunos e leitores” (p.146).

Referências Bibliográficas

BRASIL, Estatuto da Criança e Adolescente, Lei Federal 8.069/90.

CHIZZOTI, A, *A Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*, SP: Cortez, 1991.

EIRADO, A. e PASSOS, E; A noção de autonomia e a dimensão do virtual. In *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 9, n. 1, p. 77-85, 2004.

FIGUEIREDO, Luis cláudio, Epistemologia, Historia e Alem: reflexões sobre uma trajetória especial in *Psicologia Ciência e Profissão*, 2010, 30 (no. Especial), p.140-147

FOUCAULT, M. A Ética do Cuidado de Si como Pratica da Liberdade In: Ética, Sexualidade, Política. *Ditos e Escritos*, vol. 5, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia - saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GUATTARI, F. A Transversalidade. In: *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: brasiliense, 1985.

GUATTARI, F. e ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: vozes, 2010.

KASTRUP, V. O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção In: CASTRO, L. R. de; BESSET, V. L. (Orgs.). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008.

LOURAU, R. *Análise Institucional e Práticas de Pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

MOSÉ, Viviane. Nietzsche e a genealogia do sujeito. In *Cadernos de Subjetividade /Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP*, n.4, 1996.

RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert.: *Michel Foucault, uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995

SEGRE, M; SILVA, F. L.; SCHRAMM, F. R. O contexto semântico e filosófico de princípio de autonomia. Disponível em: <http://www.portalmédico.org.br/revista/bio1v6/conthistorico.htm>>. Acessado em: 12/08/2010.